

No chão

Tradicional instituição de Salvador, Fundação Dois de Julho não tem honrado compromissos trabalhistas e é suspeita de utilizar manobras obscuras para se manter em funcionamento; professores declararam greve

Foto Dimitri Argolo Cerqueira

Texto Adele Robichez

adele.robichez@radiometropole.com.br

Com o nome que remete à Independência do Brasil na Bahia, a Fundação Dois de Julho parece ter se declarado livre de qualquer obrigação trabalhista. Há mais de seis meses sem pagar os seus professores e funcionários, a instituição tem demitido colaboradores, isentando-se de cumprir direitos previstos em lei.

Sem nenhuma previsão de receber o que está assegurado, os colaboradores da Faculdade 2 de Julho, administrada pela fundação, decidiram, desde o dia 23 de novembro, entrar em greve. “Além dos salários atrasados, nunca foi depositado o FGTS. O INSS é recolhido, mas não é depositado, assim como as férias e o décimo terceiro”, expôs Karina Oliveira, professora de administração.

“Basicamente estamos pagando para trabalhar”, continua a docente, acrescentando que, durante a pandemia, os professores passaram a ministrar aulas de maneira online, utilizando a internet e a energia das suas próprias residências. “E isso vem de muito tempo. Antes era um a

dois meses. Agora já estamos entrando no sétimo mês sem salário”.

Durante a crise do coronavírus, muitos funcionários foram demitidos sem verbas rescisórias e as demais obrigações. É o caso de Álvaro Luis Gomes dos Santos, de 65 anos. Conhecido como “seu Álvaro”, trabalhou por 17 anos como encarregado da manutenção e limpeza da faculdade. Ele conta que foi demitido “de surpresa” no início da pandemia e não recebeu um centavo sequer. Depois disso, ingressou com uma ação na Justiça para conseguir os mais de R\$ 17 mil de salários atrasados, além do FGTS e férias pendentes. “Fizeram acordo e pagaram R\$ 500 mensais, uma mixaria”, diz.

“Na minha família está todo mundo sem emprego, a gente não encontra. Eu também não tenho. Com a minha idade não se acha mais nada. Meu irmão me dá uma ajuda com alimento. Tem uma colega que soube da minha situação e me deu uma cesta básica. Eu vivo assim, com R\$ 500 e o advogado ainda quer receber 30%. Vão me matar de fome”, protesta.

“A situação é caótica”, avalia o professor dos cursos de direito e administração, Efsen Lima. “As pessoas passam necessi-

dades, estão com os nomes negativados, sem ter condições de comprar alimentos... Isso tem afetado muito a saúde mental. Tenho colegas que chegam a chorar frequentemente, endividados”, relata. “Enquanto isso, a instituição faz ‘ouvido de mercador’: diz que não tem dinheiro e pronto”, completa Lima.

NEGOCIAÇÃO

O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia (Sinpro-BA), que está fazendo a mediação da negociação entre a fundação e os docentes em greve, diz que, em um primeiro momento, a instituição foi resistente em negociar, mas depois se mostrou mais disponível, por meio de um Comitê de Gestão de Crise. O diretor da faculdade, Marcos Baruch, por outro lado, ainda é “um entrave”, segundo o coordenador do sindicato, Allysson Mustafa.

Conforme Mustafa, a fundação comunicou uma proposta preliminar que consiste basicamente no encerramento da greve dos docentes mediante a promessa de que, a partir de agora, 70% da receita da instituição sejam destinadas ao pagamento dos salários dos professores.

Os docentes, porém, entenderam a sugestão como “vazia”, pois é acompanhada de incertezas sobre como e quando o pagamento será realizado. O representante do sindicato apontou que há uma série de processos contra a faculdade. Entre os já transitados em julgado, há mais de R\$ 20 milhões em dívidas que, até hoje, não foram pagas, acumulando juros.

Diante da paralisação, os alunos também ficaram entre os prejudicados, sem aulas, e se decepcionaram com a instituição. “A nossa sensação é de revolta”, afirmou Bárbara Ramos, 51, estudante de direito. “Não nos foi passado nada do que estava ocorrendo. É má gestão e falta de transparência. Por isso, a gente reconhece a luta dos professores. É pela dignidade e também pelo nosso direito de educação de qualidade”.

“Não tenho nenhum problema com o diretor, mas se a administração está assim, que mude. É uma instituição histórica em Salvador e queremos que continue assim para recomendar aos nossos filhos e netos”, declarou o estudante José Antônio Bonfim, 39, também do curso de direito.

A partir do que foi deliberado em assembleia, os professores estão elaborando um questionário em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT-BA). Eles também vão fazer uma denúncia no Ministério Público da Bahia (MP-BA) para que o órgão acompanhe mais atentamente as prestações de contas.

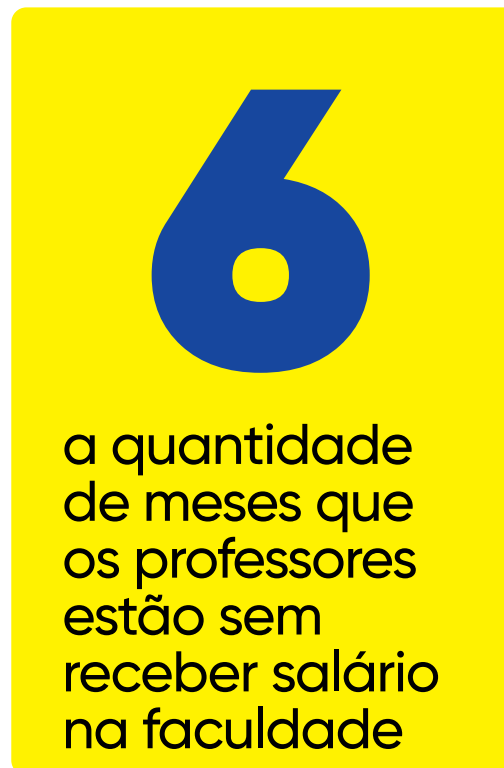
DENÚNCIA

Além disso, os docentes fizeram uma denúncia na semana passada à Ordem dos Advogados do Brasil seção Bahia (OAB-BA) sobre uma ilegalidade no corpo jurídico da fundação. De acordo com eles, o documento cita a advogada Maria Rapold, que estaria atuando como assessora jurídica da instituição, participando dos processos.

Ela está, contudo, desde 2018 suspensa pela OAB. Sendo assim, não poderia advogar e qualquer ato seu é nulo.

A suspensão é confirmada nos dados públicos fornecidos no Cadastro Nacional dos Advogados (CNA), do Conselho Federal da OAB. Procurado, o Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB informou que está

proibido, por lei federal, de se manifestar sobre processos disciplinares que estejam tramitando. A assessoria da Fundação 2 de Julho informou que “não poderá responder nada por enquanto” por conta das negociações com o sindicato. A advogada também não foi encontrada para comentar a suspensão no registro da OAB-BA.



6

a quantidade de meses que os professores estão sem receber salário na faculdade

EDUCAÇÃO



METROPOLE



MARAVILHOSA FABRICA
De Solidariedade

**Panetone Santa Dulce.
25 anos fazendo o bem.**

25 ANOS
fazendo o bem.

VENDAS:
panetone@irmadulce.org.br
(71) 3616-1265 / 1271

APOIO:
METROPOLE
RADIO · JORNAL · WEB

OBRAS SOCIAIS
IRMÃ DULCE